

## CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM - SP

## Edital 2/2026

## Informações Básicas

|                    |                                       |                                |                          |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por                    | Atualizado em            |
| 2/2026             | 930269-CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM - SP | MILLENA BRAGA DA SILVA ARANTES | 11/06/2026 14:23 (v 0.5) |
| Status             |                                       |                                |                          |
| ASSINADO           |                                       |                                |                          |

## Outras informações

| Categoria                                                                                           | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado | 58/2026               | 19/2026                 |

## 1. Do objeto

## CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

(Processo Administrativo nº19/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Potim, por meio do setor de compras, sediado na Avenida Juvenal Antunes de Proença, Nº 89, Jardim Cidade Nova, Potim/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução Nº 096/2023 da Câmara Municipal de Potim, de demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo recuperação de revestimentos externos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies, pintura predial institucional e demais serviços correlatos, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, insumos, transporte e todos os itens necessários à perfeita execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, memorial descritivo e demais documentos técnicos.

**Anexo I** – Proposta de Preços.

**Anexo II** – Modelo de Declaração Unificada. Que deverá ser apresentada na plataforma de pregão eletrônico **COMPRAS.GOV**, no site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), durante a fase de *habilitação*.

**Anexo III** – Modelo de Declaração ME/EPP. Que deverá ser apresentada na plataforma de pregão eletrônico **COMPRAS.GOV**, no site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), durante a fase de *habilitação*.

**Anexo IV** – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

**Anexo V** – Minuta de Contrato.

Anexo VI – Minuta do Termo de Ciência e Notificação.

Anexo VII - Modelo de Declaração de Visita Técnica.

Anexo VIII - MODELO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DISPUTA DE LANCES E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

|                                                                  |                                                     |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| 12/06/2026 às 08h00min.                                          | INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS                 |
| 26/06/2026 às 08h59min.                                          | FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS                    |
| 26/06/2026 às 09h00min.                                          | ABERTURA, AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS       |
| 26/06/2026 às 10h00min.                                          | ABERTURA E DISPUTA DE LANCES                        |
| Após o encerramento da fase de lances e definição dos vencedores | RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO |

**PREÂMBULO**

- Nos termos da Lei Federal nº14.133/21 e seus atos regulamentadores, da **RESOLUÇÃO Nº 096/2023**, da Lei Complementar Federal 123/06 e suas alterações, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os Princípios Gerais de Direito, está aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**, doravante denominado apenas pregão, para atendimento ao SERVIÇO supra, cujo critério de julgamento será o de **MENOR VALOR POR ITEM**.
- Em quaisquer das menções à Lei Federal 14.133/21, ou outras Leis Federais, Estaduais e Municipais, entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.
- O valor global estimado para este certame é de R\$ 115.201,30.
- O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações). A realização do certame em formato eletrônico atende ao disposto no art. 17, § 2º da Lei 14.133/21.

**2. Do registro de preços**

2.1. Não haverá a modalidade Registro de Preços.

### 3. Da participação na licitação

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Findo a disputa de lance, caberá a Administração a solicitação de documentos durante o prazo fixado neste edital, devendo o licitante acompanhar os prazos assim como as mensagens do pregoeiro.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. Do preenchimento da proposta**

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.1.2. Marca; caso houver

5.1.3. Fabricante; caso houver

5.1.4. Quantidade cotada; caso houver

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. Da fase de julgamento**

### **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **8. Da fase da habilitação**

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, a critério do pregoeiro.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, em formato digital.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. Apresentação de Declaração de Visita técnica, caso solicitada.
- 8.11. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, ficando ao seu critério.
- 8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. Da ata de registro de preços**

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Não haverá Registro de Preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Não haverá cadastro reserva.

## **11. Dos recursos**

### **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 minutos, que deverá ser enviada pelo chat do Pregão ou para o e-mail: [compras@potim.sp.leg.br](mailto:compras@potim.sp.leg.br).

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou conforme orientação do pregoeiro;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema ou conforme orientação do pregoeiro.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: <https://www.potim.sp.leg.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>)

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I – advertência – nos casos de:

a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;

b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

II – multas – nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificado na execução do Contrato até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) por atraso injustificado na execução do Contrato, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com consequente cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) recusa do adjudicatário em receber o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração:

a) por atraso injustificado na execução do Contrato: superior a 31 (trinta e um) dias: até 03(três) meses;

b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber, o contrato, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;

d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

12.3 – As multas previstas no inciso II do item 12.2, serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

12.4 – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.2. poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5 – A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

12.5 – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

### **13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço de e-mail: [camara@potim.sp.leg.br](mailto:camara@potim.sp.leg.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. Das disposições gerais**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.potim.sp.leg.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I – Proposta de Preços.**

**Anexo II** – Modelo de Declaração Unificada. Que deverá ser apresentada na plataforma de pregão eletrônico **COMPRAS.GOV**, no site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), durante a fase de *habilitação*.

**Anexo III** – Modelo de Declaração ME/EPP. Que deverá ser apresentada na plataforma de pregão eletrônico **COMPRAS.GOV**, no site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), durante a fase de *habilitação*.

**Anexo IV** – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

**Anexo V** – Minuta de Contrato.

**Anexo VI** – Minuta do Termo de Ciência e Notificação.

**Anexo VII** - Modelo de Declaração de Visita Técnica.

Potim, 14 de maio de 2026.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MILLENA BRAGA DA SILVA ARANTES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:23:59.*

## **ANEXO I**

### **PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROCESSO nº. 19/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo recuperação de revestimentos externos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies, pintura predial institucional e demais serviços correlatos, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, insumos, transporte e todos os itens necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações constantes no Termo de Referência e memoriais descritivos.

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**FONE/FAX:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**CNPJ Nº:** \_\_\_\_\_

#### **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA PARA FINS DE PAGAMENTO**

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

#### **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

Declaramos que os dados acima são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente da falsidade das informações.

---

## PROPOSTA DE PREÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                                                                                                                                                                                                                                                                          | UNID. | QTDE. | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|----------------------|-------------------|
| 01   | Serviços de revitalização e pintura institucional da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo limpeza mecânica das superfícies, montagem de andaimes, lixamento, tratamento de fissuras, aplicação de massa acrílica, fundo preparador e pintura elastomérica externa, conforme memorial descritivo. | SERV. | 01    |                      |                   |
| 02   | Serviços de recuperação de revestimento e reboco do muro externo, compreendendo execução de chapisco, emboço, reboco manual e utilização de andaime tubular, conforme memorial descritivo.                                                                                                                      | SERV. | 01    |                      |                   |

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$**

---

## CONDIÇÕES GERAIS

1. Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sessão pública do certame.
2. Declaramos que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
3. Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e demais despesas incidentes.

4. Declaramos que os serviços ofertados atendem integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, memoriais descritivos e demais documentos do edital.
5. Declaramos conhecimento e concordância integral com os termos do instrumento convocatório e seus anexos.
6. Declaramos que os materiais utilizados serão novos, de primeira qualidade e compatíveis com as exigências técnicas da contratação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

EMPRESA / CNPJ

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

## DETALHAMENTO DE CUSTOS ITEM I

| Item       | Código            | Descrição dos serviços                                      | Unid | Qtd      | Unit. (R\$) | Total (R\$) |
|------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------|-------------|-------------|
| <b>1.0</b> | <b>Preparação</b> |                                                             |      |          |             | <b>R\$</b>  |
| 1.1        | 99814             | Limpeza de superfícies com jato de alta pressão             | m2   | 1.072,68 |             |             |
| 1.2        | 102211            | Lixamento de paredes em reboco novo (garagem e banco)       | m2   | 69,11    |             |             |
| 1.3        | 94314             | Tratamento de fissuras com selante elástico (Mástique)      | m    | 100,00*  |             |             |
| 1.4        | 88497             | Aplicação de massa acrílica externa (2 demãos)              | m2   | 1072,68  |             |             |
| <b>2.0</b> | <b>Acesso</b>     |                                                             |      |          |             | <b>R\$</b>  |
| 2.1        | 95626             | Locação/Montagem de andaime fachadeiro metálico             | m2   | 250**    |             |             |
| <b>3.0</b> | <b>Pintura</b>    |                                                             |      |          |             | <b>R\$</b>  |
| 3.1        | 102213            | Aplicação de fundo preparador de paredes – Branco – Prédio  | m2   | 1.072,68 |             |             |
| 3.3        | 102219            | Pintura elastomérica 3 demãos (Áreas Lisas - Gelo) – Prédio | m2   | 1072,68  |             |             |

SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$

BDI (XX,00%) R\$

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$

---

DETALHAMENTO DE CUSTOS ITEM II

| Item | Código | Descrição dos serviços                                             | Unid | Qtd    | Unit. (R\$) | Total (R\$) |
|------|--------|--------------------------------------------------------------------|------|--------|-------------|-------------|
| 1.0  | 92264  | Andaime tubular                                                    | m2   | 130,53 |             |             |
| 1.0  | 87313  | Chapisco manual em alvenaria. Traço 1:3 (Cimento e Areia).         | m2   | 130,53 |             |             |
| 2.0  | 87527  | Emboço manual, traço 1:2:9 (Cimento, Cal e Areia). Espessura 20mm. | m2   | 130,53 |             |             |
| 3.0  | 87547  | Reboco (Massa Fina) manual, traço 1:2 (Cal e Areia peneirada).     | m2   | 130,53 |             |             |

**SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$**

**BDI (25,00%) R\$**

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$**

## **ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PROCESSO nº. 19/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo recuperação de revestimentos externos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies, pintura predial institucional e demais serviços correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência e memoriais descritivos.

### **AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA:

1. Que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e artigo 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
2. Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame.
3. Que conhece integralmente as especificações do objeto, memoriais descritivos, Termo de Referência e demais condições constantes no edital, possuindo plena capacidade técnica e operacional para execução dos serviços.
4. Que possui condições de fornecer todos os materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução contratual.
5. Que cumprirá integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18 e NR-35, durante a execução dos serviços.
6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei.
7. Que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.
8. Que atende aos requisitos de habilitação previstos no edital e responderá pela veracidade das informações prestadas.
9. Que o responsável legal pela assinatura do contrato será:



Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

10. Que, para fins de comunicação referente ao presente processo licitatório, indica os seguintes contatos:

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

11. Que nomeia como responsável pelo acompanhamento da execução contratual

o(a) Sr.(a): \_\_\_\_\_, CPF nº

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
2026.

---

#### ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

### **ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI**

**PROCESSO nº. 19/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo recuperação de revestimentos externos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies, pintura predial institucional e demais serviços correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência e memoriais descritivos.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA – ME, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, conforme legislação aplicável.

Declara ainda que:

- está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006;
- não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no §4º do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- no ano-calendário de realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem os limites legais de enquadramento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM - SP

**Estudo Técnico Preliminar 24/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 19/2026

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação tem por finalidade a execução de serviços de revitalização, recuperação e pintura predial da sede da Câmara Municipal de Potim /SP, abrangendo intervenções de preparação de superfícies, tratamento de patologias construtivas, aplicação de revestimentos, reboco em áreas deterioradas e pintura externa institucional, conforme especificações técnicas constantes nos memoriais descritivos elaborados para a edificação.

A necessidade da contratação decorre do desgaste natural sofrido pela estrutura predial ao longo do tempo, especialmente em razão da exposição contínua às intempéries, incidência solar, umidade, chuvas e variações térmicas, fatores que contribuíram para o surgimento de fissuras, desprendimento de pintura, manchas de infiltração, presença de limo e degradação do revestimento externo. Tal situação compromete não apenas a estética institucional do prédio público, mas também a conservação do patrimônio, podendo ocasionar agravamento das patologias construtivas e aumento dos custos de manutenção futura caso não sejam adotadas medidas corretivas adequadas.

A edificação da Câmara Municipal representa importante patrimônio público do Município de Potim, sendo diariamente utilizada por servidores, vereadores, munícipes e prestadores de serviços. Dessa forma, a manutenção preventiva e corretiva da estrutura física é indispensável para assegurar condições adequadas de funcionamento administrativo, segurança, salubridade e valorização institucional do espaço público. A deterioração das fachadas e muros externos interfere diretamente na imagem institucional do Poder Legislativo, transmitindo aspecto de abandono e reduzindo a percepção de zelo com os bens públicos.

Os serviços pretendidos incluem inicialmente a preparação completa das superfícies, mediante limpeza mecânica com hidrojateamento de alta pressão para remoção de sujeiras, resíduos acumulados, fungos, limo e partes soltas da pintura antiga, permitindo melhor aderência dos novos materiais a serem aplicados. Também será necessário realizar lixamento manual e mecanizado nas áreas de reboco novo, garantindo regularização da superfície e remoção de imperfeições que possam comprometer o acabamento final.

Outro ponto relevante da contratação refere-se ao tratamento das fissuras e trincas identificadas nas paredes externas da edificação. Essas manifestações patológicas, quando não tratadas adequadamente, podem permitir infiltrações de água, ocasionando danos estruturais progressivos, destacamento de revestimentos e deterioração acelerada da pintura. Assim, torna-se necessária a abertura técnica das fissuras, limpeza e preenchimento com selante elástico apropriado, seguido de regularização com massa acrílica, proporcionando vedação eficiente e maior durabilidade ao sistema de pintura.

Além da revitalização da pintura, verifica-se a necessidade de recomposição do revestimento em determinadas áreas do muro e demais superfícies externas que apresentam deterioração do reboco existente. Para isso, serão executados serviços de chapisco, emboço e reboco em sistema tradicional de três camadas, observando espessuras adequadas e utilização de materiais compatíveis com as normas técnicas da construção civil. Esses serviços são essenciais para restabelecer a integridade das superfícies, eliminar irregularidades e proporcionar base adequada para o acabamento final da pintura.

A aplicação de fundo preparador em toda a área externa também se mostra indispensável, especialmente em razão da diferença de absorção entre superfícies antigas e áreas recém-reparadas, bem como pela necessidade de uniformização da base e bloqueio das tonalidades escuras da pintura existente. Posteriormente, será executada a pintura de acabamento com tinta elastomérica emborrachada de alta performance, material tecnicamente indicado para fachadas externas por apresentar elevada resistência às intempéries, maior elasticidade e capacidade de impermeabilização, reduzindo o surgimento de novas fissuras e ampliando significativamente a vida útil da pintura.

A contratação também se justifica pela necessidade de garantir maior eficiência na conservação predial, reduzindo gastos futuros com manutenções emergenciais e intervenções corretivas de maior complexidade. A realização de serviços preventivos e corretivos de forma planejada contribui para a preservação da estrutura física da edificação e para a economicidade da Administração Pública, evitando deterioração acelerada do patrimônio público municipal.

Importante destacar ainda que os serviços a serem executados envolvem atividades em altura, utilização de andaimes e procedimentos técnicos específicos, exigindo mão de obra especializada e observância rigorosa às normas de segurança do trabalho, especialmente às disposições da NR-35. Dessa forma, a contratação de empresa qualificada e com experiência comprovada torna-se indispensável para garantir a correta execução dos serviços, a segurança dos trabalhadores e a qualidade final da obra.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade da contratação pretendida, considerando que a revitalização da sede da Câmara Municipal de Potim proporcionará melhoria das condições estruturais, valorização estética e institucional do prédio público, maior proteção contra infiltrações e intempéries, aumento da durabilidade dos revestimentos e melhor conservação do patrimônio público municipal, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e preservação dos bens públicos.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante                       | Responsável                              |
|-----------------------------------------|------------------------------------------|
| Secretaria da Câmara Municipal de Potim | Abner Daniel Ferreira da Silva de Araujo |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação foram definidos com o objetivo de garantir a adequada execução dos serviços de revitalização, recuperação de revestimentos e pintura predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, assegurando qualidade técnica, durabilidade, segurança operacional e preservação do patrimônio público. A contratação deverá observar critérios técnicos compatíveis com a complexidade dos serviços, considerando as características da edificação, o estado atual das superfícies e a necessidade de obtenção de acabamento durável e eficiente.

A empresa contratada deverá possuir experiência comprovada na execução de serviços similares de pintura predial externa, recuperação de revestimentos e tratamento de superfícies, demonstrando capacidade operacional para execução integral do objeto. Considerando que parte significativa das atividades será realizada em altura, com utilização de andaimes e acesso às fachadas externas do prédio público, deverá ser exigida comprovação de aptidão técnica mediante apresentação de atestado de capacidade técnica compatível com os serviços pretendidos, especialmente relacionados à execução de pintura predial em conformidade com as normas de segurança aplicáveis, incluindo a NR-35.

A contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos adequados e todos os materiais necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo ferramentas, andaimes, equipamentos de proteção individual e coletiva, sistemas de acesso, insumos de preparação de superfícies, materiais de vedação, massas de regularização, argamassas e tintas especificadas no memorial técnico. Todos os custos relacionados ao fornecimento de materiais, transporte, montagem de estruturas de apoio, descarte de resíduos e execução dos serviços deverão estar inclusos na proposta apresentada.

Os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas estabelecidas, sendo vedada a utilização de produtos inferiores ou incompatíveis com a finalidade da contratação. Para os serviços de pintura externa, deverá ser utilizada tinta elastomérica emborrachada premium, apropriada para fachadas externas e com elevada resistência às intempéries, infiltrações e variações climáticas, observando desempenho adequado de elasticidade, impermeabilização e durabilidade. Também deverá ser aplicado fundo preparador em toda a superfície a ser pintada, garantindo uniformização da absorção e aderência adequada da pintura final.

Nos serviços de recuperação do revestimento externo, deverão ser observadas as técnicas construtivas adequadas para execução do sistema tradicional de chapisco, emboço e reboco, respeitando espessuras mínimas, tempo de cura e preparo correto das superfícies. As argamassas utilizadas deverão atender aos padrões técnicos usuais da construção civil, assegurando aderência, resistência e acabamento uniforme.

Antes da aplicação dos materiais de acabamento, será obrigatória a execução completa dos procedimentos de preparação das superfícies, incluindo limpeza mecânica com hidrojateamento, lixamento, remoção de partes soltas, correção de imperfeições e tratamento de fissuras e trincas com materiais apropriados. O tratamento das patologias deverá garantir vedação eficiente e prevenção de infiltrações futuras, sendo indispensável a utilização de selante elástico compatível com movimentações térmicas da estrutura.

A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as normas regulamentadoras de segurança do trabalho, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho em altura, uso de andaimes, proteção coletiva e utilização de equipamentos de proteção individual. Será de responsabilidade exclusiva da empresa garantir a segurança dos trabalhadores, servidores, usuários da Câmara Municipal e terceiros durante toda a execução contratual.

Os serviços deverão ser executados de forma organizada e planejada, minimizando impactos nas atividades administrativas da Câmara Municipal. A empresa deverá manter o local limpo e seguro durante toda a execução, promovendo a remoção diária de entulhos, resíduos de materiais e sobras de obra, realizando o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

Além disso, a contratada deverá garantir a qualidade e durabilidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de falhas, defeitos de execução ou problemas decorrentes da má aplicação dos materiais durante o período de garantia contratual. O acabamento final deverá apresentar uniformidade de cor, ausência de manchas, falhas de cobertura, fissuras aparentes ou irregularidades que comprometam a estética e a funcionalidade da revitalização predial.

Por fim, a contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, buscando a obtenção de solução técnica adequada, com durabilidade e qualidade compatíveis com a relevância institucional do prédio público, contribuindo para a conservação do patrimônio municipal e para a melhoria das condições de uso da sede do Poder Legislativo.

## 5. Levantamento de Mercado

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Câmara Municipal de Potim.

Foi observado que, diante da necessidade do presente serviço, os estabelecimentos congêneres, em especial as entidades públicas, realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Na aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, abrangendo recuperação de revestimentos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies e pintura externa institucional, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à completa execução do objeto. A solução foi definida considerando as condições atuais da edificação, o desgaste natural das fachadas e muros externos e a necessidade de preservação do patrimônio público municipal, buscando proporcionar maior durabilidade, proteção estrutural e valorização estética da sede do Poder Legislativo.

A execução dos serviços será realizada de maneira integrada e planejada, contemplando inicialmente a preparação completa das superfícies externas da edificação. Essa etapa envolve limpeza mecânica com hidrojateamento de alta pressão para remoção de sujeiras, resíduos, limo, fungos, partes soltas de pintura antiga e demais impurezas acumuladas ao longo do tempo, permitindo adequada aderência dos materiais que serão posteriormente aplicados. Também será realizado lixamento manual e mecanizado nas áreas de reboco novo e superfícies irregulares, promovendo nivelamento e regularização das bases.

A solução contempla ainda o tratamento corretivo das patologias identificadas nas fachadas e estruturas externas, especialmente fissuras, trincas e pequenas deformações superficiais causadas pela exposição contínua às intempéries e movimentações naturais da estrutura. O procedimento prevê abertura técnica das fissuras, limpeza das áreas afetadas e preenchimento com selante elástico apropriado, garantindo vedação eficiente contra infiltrações e prevenindo o reaparecimento das manifestações patológicas. Posteriormente, será realizada aplicação de massa acrílica para regularização e nivelamento das superfícies antes do acabamento final.

Nas áreas onde houver deterioração do revestimento externo, a solução prevê a recomposição completa do sistema de revestimento tradicional, mediante execução de chapisco, emboço e reboco em múltiplas camadas, conforme técnicas usuais da construção civil. Esses serviços serão fundamentais para recuperação da integridade das superfícies, correção de irregularidades e formação de base adequada para recebimento da pintura final. A recomposição do revestimento proporcionará maior resistência mecânica, melhor acabamento e proteção adicional contra agentes externos.

Após a etapa de regularização e recuperação das superfícies, será aplicada camada de fundo preparador em toda a área externa do prédio, promovendo uniformização da absorção das paredes, melhora na aderência da tinta de acabamento e bloqueio de tonalidades antigas existentes na fachada. Essa etapa é indispensável para garantir melhor desempenho do sistema de pintura e maior durabilidade do acabamento final.

A solução contempla, como etapa final, a execução da pintura externa institucional utilizando tinta elastomérica emborrachada de alta performance, aplicada em múltiplas demãos conforme especificações técnicas do memorial descritivo. A escolha desse sistema de pintura ocorre em razão de suas características técnicas superiores, especialmente sua elevada elasticidade, resistência às intempéries e capacidade de impermeabilização. Esse tipo de revestimento cria uma membrana protetiva capaz de acompanhar pequenas movimentações térmicas da estrutura sem apresentar fissuras prematuras, reduzindo significativamente a ocorrência de infiltrações e ampliando a vida útil da pintura.

A execução integral da solução incluirá também a utilização de andaimes e estruturas de acesso adequadas para realização segura dos serviços em altura, observando integralmente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho, especialmente a NR-35. A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, garantindo segurança aos trabalhadores, servidores e usuários da Câmara Municipal durante toda a execução contratual.

A solução adotada apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, pois permite a recuperação integral das superfícies deterioradas e a implementação de sistema de proteção durável, reduzindo a necessidade de manutenções corretivas frequentes. Além disso, a revitalização predial contribuirá para melhoria das condições estruturais e estéticas da sede da Câmara Municipal, fortalecimento da imagem institucional do Poder Legislativo e preservação adequada do patrimônio público municipal.

A contratação de empresa especializada para execução global dos serviços proporciona maior eficiência administrativa, melhor controle da execução contratual e compatibilidade técnica entre todas as etapas do serviço, evitando problemas de integração entre diferentes fornecedores e garantindo uniformidade nos padrões de qualidade do acabamento final. Dessa forma, a solução proposta atende plenamente ao interesse público, assegurando economicidade, durabilidade e adequada conservação da edificação pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Estimativa das Quantidades a serem Contratadas estará disponível no anexo I deste documento, contidas no Memorial Descritivo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 115.201,30

O custo estimado da contratação é de R\$115.201,30 e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo: Art. 14 da Resolução nº096/2023 de 14 de junho de 2023 da Câmara Municipal de Potim.

### **Da metodologia aplicada à política de preços:**

De acordo com o Art.14 da Resolução nº096/2023 de 14 de junho de 2023 da Câmara Municipal de Potim, o qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Potim, a pesquisa de preços:

*[...] Art. 16 A pesquisa de preços referenciais de mercado de que trata o art. 14, inciso I, deste Regulamento, poderá tomar como parâmetros:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde, disponíveis no PNPC, no painel de preços federal ou ainda nos demais sistemas informatizados, formalmente aprovados;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive, mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, nos termos do regulamento federal. [...]*

A pesquisa de preços que embasa a presente contratação foi conduzida em estrita observância ao Art. 14, inciso III, da Resolução nº 096/2023, de 14 de junho de 2023, da Câmara Municipal de Potim, que estabelece diretrizes claras e objetivas para a formação da estimativa de valores destinada ao planejamento das contratações públicas. O referido dispositivo determina que a Administração poderá utilizar, como fonte legítima de pesquisa, dados publicados em mídia especializada, tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo Federal e informações provenientes de sítios eletrônicos especializados ou de amplo domínio público, desde que haja rigoroso registro da data e hora de acesso, assegurando a rastreabilidade e a confiabilidade das informações coletadas.

Em conformidade com essas exigências normativas, optou-se pela consulta ao banco de dados do SINAPI SP - MARÇO/2026, instrumento amplamente reconhecido por sua metodologia consolidada e por apresentar referências de custos atualizadas, tecnicamente validadas e utilizadas por diversos órgãos da Administração Pública. A escolha dessa base de dados confere maior precisão à pesquisa de preços, uma vez que os valores disponibilizados refletem, de forma consistente, as condições de mercado, os insumos, os serviços e os parâmetros utilizados no âmbito de obras, serviços e aquisições correlatas.

A adoção da tabela de referência SINAPI SP - MARÇO/2026 contribui, ainda, para a padronização dos procedimentos internos, evitando disparidades e assegurando que as contratações da Câmara Municipal de Potim sejam instruídas com base em parâmetros reconhecidos, auditáveis e alinhados às melhores práticas de gestão pública. Essa metodologia fortalece o planejamento, reduz riscos de superfaturamento e oferece suporte técnico sólido para a continuidade das etapas subsequentes da contratação.

Dessa forma, a pesquisa de preços realizada não apenas cumpre rigorosamente as disposições previstas no Art. 14, inciso III, da Resolução nº 096/2023, mas também garante maior segurança jurídica ao processo, transparência aos atos administrativos e eficiência na definição do valor estimado, elementos essenciais para a boa governança e para a condução responsável dos recursos públicos.

O relatório de composição de custos estará anexado nos autos deste processo, seguindo todas as condições determinadas pela Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Contudo, não será admitido o parcelamento para a presente contratação, com base nos critérios dos §3º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está planejada no item nº 58 do Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Potim, disponível no Portal Nacional das Contratações Públicas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de revitalização predial, recuperação de revestimentos e pintura externa da sede da Câmara Municipal de Potim/SP proporcionará diversos benefícios de natureza estrutural, funcional, estética e administrativa, contribuindo diretamente para a preservação do patrimônio público, melhoria das condições de uso da edificação e valorização institucional do Poder Legislativo Municipal.

Um dos principais benefícios a serem alcançados será a recuperação das condições físicas e estruturais das superfícies externas da edificação, mediante correção de fissuras, recomposição de revestimentos deteriorados e aplicação de sistema de pintura adequado às características do imóvel. Essas intervenções permitirão maior proteção das paredes e estruturas contra infiltrações, umidade, desgaste provocado pelas intempéries e demais agentes externos que aceleram o processo de deterioração predial.

A execução dos serviços também contribuirá significativamente para o aumento da durabilidade da edificação, reduzindo a necessidade de manutenções corretivas emergenciais em curto prazo. A utilização de materiais de maior desempenho técnico, especialmente a tinta elastomérica emborrachada, proporcionará melhor resistência às variações climáticas, maior impermeabilização das superfícies e menor incidência de novas fissuras, ampliando a vida útil da pintura e dos revestimentos externos.

Outro benefício relevante será a valorização estética e institucional da sede da Câmara Municipal, proporcionando melhor aparência visual ao prédio público e transmitindo maior sensação de organização, conservação e zelo com os bens públicos municipais. A revitalização da fachada e dos muros externos fortalece a imagem institucional do Poder Legislativo perante a população, demonstrando compromisso da Administração Pública com a adequada manutenção do patrimônio público.

A contratação permitirá ainda a melhoria das condições de segurança e salubridade da edificação, uma vez que o tratamento adequado das patologias construtivas e a recuperação dos revestimentos reduzem riscos de desprendimento de materiais, infiltrações e degradação progressiva das superfícies externas. Além disso, a eliminação de fungos, limo e resíduos acumulados contribui para um ambiente mais limpo, conservado e adequado à utilização diária por servidores, vereadores e munícipes.

Do ponto de vista administrativo e econômico, a solução adotada proporcionará maior eficiência na gestão da manutenção predial, permitindo atuação preventiva em substituição a intervenções corretivas mais complexas e onerosas. A realização dos serviços neste momento evita agravamento das patologias existentes e reduz custos futuros relacionados à recuperação estrutural de maior porte, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A contratação também proporcionará padronização e uniformidade no acabamento das superfícies externas, garantindo melhor qualidade visual da edificação e compatibilidade entre as áreas recuperadas e as demais estruturas do prédio. A aplicação adequada do sistema de pintura e revestimento permitirá melhor desempenho técnico da fachada, preservando suas características construtivas e promovendo acabamento durável e uniforme.

Outro benefício importante refere-se à adequação técnica dos serviços executados, considerando que a contratação de empresa especializada assegura utilização de mão de obra qualificada, materiais apropriados e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis. Isso proporciona maior confiabilidade na execução contratual, melhor qualidade final dos serviços e redução de falhas decorrentes de procedimentos inadequados.

Além dos benefícios estruturais e funcionais, a revitalização da sede da Câmara Municipal contribuirá para proporcionar ambiente mais agradável e adequado ao exercício das atividades legislativas e administrativas, favorecendo o atendimento à população e a utilização contínua do espaço público em melhores condições de conservação e apresentação.

Dessa forma, a contratação pretendida proporcionará benefícios diretos e indiretos relacionados à preservação patrimonial, melhoria estética, eficiência administrativa, economicidade, segurança e valorização institucional, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades de conservação da sede do Poder Legislativo Municipal.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Para a adequada execução dos serviços de revitalização predial, recuperação de revestimentos e pintura externa da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, será necessária a adoção de providências administrativas, técnicas e operacionais previamente ao início da contratação e durante a execução contratual, com a finalidade de garantir a correta implementação da solução, a segurança dos envolvidos e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Inicialmente, deverá ser realizada a formalização do processo administrativo de contratação, contendo os documentos técnicos necessários, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, estimativas de custos e demais documentos que subsidiem a definição adequada do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Também será necessária a elaboração e consolidação das especificações técnicas dos serviços, observando as características da edificação e as intervenções necessárias para recuperação das superfícies externas. As especificações deverão contemplar os procedimentos executivos, os materiais mínimos aceitáveis, os padrões de acabamento, os critérios de medição e as exigências relacionadas à segurança do trabalho e qualificação técnica da empresa contratada.

Antes do início dos serviços, deverá ser realizada vistoria técnica detalhada nas áreas que receberão as intervenções, a fim de identificar as condições reais das superfícies, confirmar quantitativos, verificar a existência de fissuras, desprendimentos, infiltrações e demais patologias construtivas que necessitem de tratamento específico durante a execução contratual. Essa providência permitirá melhor acompanhamento técnico da execução e compatibilização das etapas previstas.

A Administração deverá providenciar a designação formal de servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, competindo-lhe monitorar a execução dos serviços, verificar a conformidade dos materiais utilizados, acompanhar os cronogramas de execução, realizar medições, registrar ocorrências e assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais pela empresa contratada.

A empresa contratada deverá apresentar, antes do início da execução, documentação comprobatória de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como documentos relacionados à segurança do trabalho, incluindo comprovação de capacitação para trabalho em altura, fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva e atendimento às exigências da NR-35, considerando a utilização de andaimes e execução de serviços em fachadas externas.

Será necessário ainda o planejamento das atividades de execução de modo a minimizar impactos no funcionamento administrativo da Câmara Municipal. A empresa deverá organizar cronograma compatível com o expediente da instituição, adotando medidas de isolamento e sinalização das áreas em obra para garantir segurança de servidores, vereadores, visitantes e demais usuários do prédio público durante toda a execução dos serviços.

Outra providência importante refere-se à preparação prévia do local de execução, incluindo remoção ou proteção de equipamentos, mobiliários, veículos e demais itens que possam ser atingidos por resíduos, poeira, respingos de materiais ou movimentação de andaimes e ferramentas. A contratada deverá adotar medidas preventivas para preservação das áreas internas e externas adjacentes aos serviços.

Durante a execução contratual, deverá ser realizado acompanhamento contínuo da qualidade dos materiais empregados e dos procedimentos executivos adotados, observando conformidade com os memoriais técnicos e normas aplicáveis. Os serviços de preparação de superfícies, recuperação de reboco, aplicação de massa acrílica, fundo preparador e pintura deverão respeitar os tempos de cura, espessuras e técnicas adequadas para garantir desempenho e durabilidade da solução executada.

Ao término da execução, deverão ser realizadas vistorias finais para verificação da qualidade dos serviços executados, uniformidade do acabamento, correção de eventuais falhas e limpeza completa do local. A contratada deverá promover a retirada de entulhos, sobras de materiais, equipamentos e estruturas provisórias utilizadas durante a obra, deixando o ambiente em perfeitas condições de uso.

Por fim, a Administração deverá manter registros e documentação da execução contratual, incluindo relatórios de fiscalização, medições, registros fotográficos e termos de recebimento, assegurando transparência, controle administrativo e adequada formalização de todas as etapas relacionadas à contratação e execução dos serviços.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A execução dos serviços de revitalização predial, recuperação de revestimentos e pintura externa da sede da Câmara Municipal de Potim/SP poderá gerar alguns impactos ambientais de baixa e média magnitude, especialmente relacionados à geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira, utilização de produtos químicos, consumo de água durante os procedimentos de limpeza e descarte de materiais provenientes da remoção de revestimentos deteriorados e sobras de pintura. Entretanto, tais impactos são considerados temporários, controláveis e passíveis de mitigação mediante adoção de boas práticas operacionais e cumprimento das normas ambientais aplicáveis.



Entre os principais impactos ambientais identificados está a geração de resíduos sólidos provenientes do lixamento das superfícies, remoção de partes soltas da pintura antiga, resíduos de reboco deteriorado, embalagens de materiais, restos de argamassa, resíduos de massa acrílica e sobras de tinta utilizadas durante a execução dos serviços. Caso não haja gerenciamento adequado, esses resíduos poderão causar contaminação do solo, obstrução de sistemas de drenagem e descarte irregular em vias públicas ou áreas inadequadas.

Como medida mitigadora, a empresa contratada deverá realizar a coleta, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução contratual, observando as normas aplicáveis aos resíduos da construção civil. Os materiais deverão ser segregados conforme sua natureza, promovendo descarte em locais devidamente licenciados e evitando lançamento irregular de resíduos no meio ambiente.

Outro possível impacto ambiental refere-se à emissão de poeira e partículas durante os procedimentos de lixamento, raspagem e preparação das superfícies. Essas atividades podem provocar dispersão de resíduos finos no entorno da edificação, causando desconforto aos usuários do prédio e impactos temporários na qualidade do ar.

Para mitigação desse impacto, deverão ser adotadas medidas de controle operacional, como umedecimento moderado das superfícies quando tecnicamente recomendado, utilização de equipamentos adequados para lixamento, isolamento das áreas de serviço e limpeza frequente do local durante a execução das atividades. Também deverá ser observada a correta utilização de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores envolvidos.

A utilização de água no processo de limpeza mecânica mediante hidrojateamento também representa potencial impacto ambiental relacionado ao consumo hídrico e ao escoamento de resíduos líquidos contendo sujeira, partículas de tinta e materiais removidos das fachadas.

Como ação mitigadora, a contratada deverá utilizar racionalmente os recursos hídricos durante a execução dos serviços, evitando desperdícios e promovendo controle adequado do escoamento das águas utilizadas na limpeza das superfícies. Sempre que possível, deverá ser evitado o direcionamento de resíduos líquidos para galerias pluviais sem filtragem ou contenção prévia.

Outro aspecto ambiental relevante refere-se à utilização de tintas, selantes, massas e demais produtos químicos empregados na recuperação e pintura das superfícies externas. O manuseio inadequado desses materiais pode ocasionar contaminação do solo, riscos ocupacionais e descarte incorreto de embalagens e sobras de produtos.

Como medida preventiva e mitigadora, deverá ser priorizada a utilização de materiais de boa qualidade e menor potencial poluidor, observando as recomendações dos fabricantes quanto ao armazenamento, manuseio e descarte. As embalagens vazias e resíduos de produtos químicos deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

A movimentação de andaimes, ferramentas e materiais também poderá gerar pequenos impactos temporários relacionados à poluição sonora e interferências no entorno imediato da edificação. Contudo, tais impactos serão pontuais e restritos ao período de execução dos serviços.

Para minimizar esses efeitos, a execução deverá ocorrer preferencialmente em horários compatíveis com o funcionamento administrativo da Câmara Municipal, evitando transtornos excessivos aos servidores, vereadores, visitantes e vizinhança. A empresa contratada deverá manter organização constante do canteiro de serviços, reduzindo riscos de acidentes e interferências desnecessárias no ambiente externo.

Importante destacar que a própria contratação possui caráter ambientalmente benéfico sob diversos aspectos, uma vez que os serviços de recuperação e revitalização contribuem para prolongar a vida útil da edificação pública, reduzir processos de deterioração estrutural e evitar futuras intervenções corretivas de maior porte, que normalmente geram impactos ambientais ainda mais significativos.

Dessa forma, considerando a natureza dos serviços e a adoção das medidas mitigadoras previstas, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e de baixa relevância, sendo plenamente viável a execução dos serviços mediante observância das normas ambientais, práticas sustentáveis e adequada gestão dos resíduos gerados durante a execução contratual.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos estudos realizados e das informações constantes nos memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e análises técnicas elaboradas para a revitalização da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e administrativo.

A solução proposta atende adequadamente à necessidade de recuperação das superfícies externas da edificação, tratamento das patologias construtivas existentes, recomposição de revestimentos deteriorados e execução de pintura institucional com materiais de maior durabilidade e desempenho técnico, contribuindo para a preservação do patrimônio público e melhoria das condições estruturais e estéticas do prédio público.

Os serviços previstos possuem natureza comum de engenharia, com especificações técnicas claramente definidas, quantitativos estimados e metodologia executiva compatível com as necessidades da Administração Pública, sendo possível a contratação de empresa especializada apta à execução integral do objeto.

Verifica-se ainda que os custos estimados foram elaborados com base em referências técnicas e valores praticados no mercado, observando parâmetros do SINAPI, demonstrando compatibilidade com os preços usuais para serviços dessa natureza e evidenciando razoabilidade econômica da contratação.

Além disso, a contratação proporcionará benefícios relevantes relacionados à conservação do patrimônio público, redução de custos futuros com manutenções corretivas, melhoria da imagem institucional da Câmara Municipal e aumento da durabilidade das superfícies externas da edificação.

Dessa forma, considerando o interesse público envolvido, a necessidade da intervenção, a adequação da solução técnica proposta e a viabilidade da execução contratual, declara-se viável a realização da contratação para execução dos serviços de revitalização predial, recuperação de revestimentos e pintura externa da sede da Câmara Municipal de Potim/SP.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MILLENA BRAGA DA SILVA ARANTES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:07:37.*



# *Câmara Municipal de Potim*

*"POTIM - TERRA DO ARTESANATO"*

## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA INSTITUCIONAL: CÂMARA  
MUNICIPAL DE POTIM/SP**

**LORENA / 2026**

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

OBRA: Reforma e Revitalização da Sede do Poder Legislativo

PROPRIETÁRIO: Câmara Municipal de Potim – SP

LOCAL: Av. Juvenal Antunes da Proença, 89 – Jardim Cidade Nova – Potim/SP

AUTOR DO PROJETO: Arq. Vânia da Silva Gonçalves de Oliveira (CAU: A248312-2)

ASSUNTO: Pintura.

DATA: Março de 2026

## 2. MEMORIAL DESCRITIVO E ETAPAS EXECUTIVAS

A execução dos serviços de pintura externa deverá seguir o roteiro técnico abaixo para garantir a eficácia do sistema elastomérico:

- 1. Limpeza Mecânica (Prédio):** Hidrojateamento de alta pressão para remoção de biofilme (limo), poluição e partes soltas da pintura antiga (vermelho e preto).
- 2. Preparação de Superfície (garagem e bancos):** Lixamento manual e mecanizado do reboco novo para remoção de agregados soltos e regularização da base.
- 3. Tratamento de Patologias:** Abertura de trincas em formato "V", limpeza e preenchimento com selante elástico à base de poliuretano (PU). Espere o PU curar totalmente (geralmente 24 a 48 horas) antes de passar a massa acrílica.
- 4. Nivelamento:** Aplicação de massa acrílica em todas as paredes.
- 5. Fundo Preparador:** Aplicação de Fundo Preparador Branco em 100% da área. Essencial para neutralizar a absorção do reboco e bloquear o fundo escuro da fachada antiga.
- 6. Pintura de Acabamento:** Aplicação de 03 (três) demãos de Tinta Elastomérica (Emborrachada) em todas as superfícies, respeitando o intervalo de cura de 4 a 6 horas entre demãos.

## 3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO

- Escolha do Material:** A Tinta Elastomérica Premium é justificada pela sua capacidade de alongação (elasticidade), criando uma membrana impermeável que protege a estrutura contra infiltrações e acompanha as micro movimentações térmicas do prédio, evitando fissuras.

- **Tintas:** Recomenda-se a utilização das tintas emborrachadas da marca Suvinil Proteção Total ou Coral Sol e Chuva
- **Capacitação Técnica:** O edital deve exigir **Atestado de Capacidade Técnica (CAT)** comprovando que a empresa já executou serviços de pintura em altura (NR-35).

#### 4. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA (SINAPI SP - MARÇO/2026) VALORES APROXIMADOS

Base: SINAPI Desonerado / BDI: 25%

| Item       | Código            | Descrição dos serviços                                      | Unid | Qtd      | Unit. (R\$) | Total (R\$)          |
|------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------|-------------|----------------------|
| <b>1.0</b> | <b>Preparação</b> |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 24.888,06</b> |
| 1.1        | 99814             | Limpeza de superfícies com jato de alta pressão             | m2   | 1.072,68 | 5,80        | 6.221,54             |
| 1.2        | 102211            | Lixamento de paredes em reboco novo (garagem e banco)       | m2   | 69,11    | 3,10        | 214,24               |
| 1.3        | 94314             | Tratamento de fissuras com selante elástico (Mástique)      | m    | 100,00*  | 42,50       | 4.250,00             |
| 1.4        | 88497             | Aplicação de massa acrílica externa (2 demãos)              | m2   | 1072,68  | 13,24       | 14.202,28            |
| <b>2.0</b> | <b>Acesso</b>     |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 7.125,00</b>  |
| 2.1        | 95626             | Locação/Montagem de andaime fachadeiro metálico             | m2   | 250**    | 28,50       | 7.125,00             |
| <b>3.0</b> | <b>Pintura</b>    |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 48.485,13</b> |
| 3.1        | 102213            | Aplicação de fundo preparador de paredes – Branco – Prédio  | m2   | 1.072,68 | 12,40       | 13.301,23            |
| 3.3        | 102219            | Pintura elastomérica 3 demãos (Áreas Lisas - Gelo) – Prédio | m2   | 1072,68  | 32,80       | 35.183,90            |

**SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$ 80.498,19**

**BDI (25,00%) R\$ 20.124,55**

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 100.622,74**

*Nota:*


*\*Valor pode variar conforme o real estado das paredes.*

*\*\*Valor pode variar de acordo com o tamanho escolhido do andaime.*

## **5. CONCLUSÃO**

Este orçamento foi elaborado com base em valores praticados no mercado e em parâmetros técnicos usuais para serviços dessa natureza, utilizando como referência a SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, na versão vigente março de 2026. A utilização de materiais de linha elástica busca contribuir para um melhor acabamento e maior durabilidade do serviço, favorecendo a conservação do patrimônio e reduzindo a necessidade de intervenções corretivas em curto prazo.

Lorena/SP, 31 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **VANIA DA SILVA GONCALVES DE OLIVEIRA**  
Data: 31/03/2026 15:10:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**VÂNIA DA SILVA GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
CPF:378.162.708-01  
CAU A248312-2



# *Câmara Municipal de Potim*

*"POTIM - TERRA DO ARTESANATO"*

## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA INSTITUCIONAL: CÂMARA  
MUNICIPAL DE POTIM/SP**

**LORENA / 2026**

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

OBRA: Reforma e Revitalização da Sede do Poder Legislativo

PROPRIETÁRIO: Câmara Municipal de Potim – SP

LOCAL: Av. Juvenal Antunes da Proença, 89 – Jardim Cidade Nova – Potim/SP

AUTOR DO PROJETO: Arq. Vânia da Silva Gonçalves de Oliveira (CAU: A248312-2)

ASSUNTO: Reboco.

DATA: Março de 2026

## 2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: REVESTIMENTO TRADICIONAL (3 CAMADAS) VALORES APROXIMADOS

| Item | Código | Descrição dos serviços                                             | Unid | Qtd    | Unit. (R\$) | Total (R\$)  |
|------|--------|--------------------------------------------------------------------|------|--------|-------------|--------------|
| 1.0  | 92264  | Andaime tubular                                                    | m2   | 130,53 | 18,20       | 2.375,64     |
| 1.0  | 87313  | Chapisco manual em alvenaria. Traço 1:3 (Cimento e Areia).         | m2   | 130,53 | R\$ 8,15    | R\$ 1.063,82 |
| 2.0  | 87527  | Emboço manual, traço 1:2:9 (Cimento, Cal e Areia). Espessura 20mm. | m2   | 130,53 | R\$ 38,90   | R\$ 5.077,62 |
| 3.0  | 87547  | Reboco (Massa Fina) manual, traço 1:2 (Cal e Areia peneirada).     | m2   | 130,53 | R\$ 24,10   | R\$ 3.145,77 |

**SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$ 11.662,85**

**BDI (25,00%) R\$ 2. 915,70**

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 14.578,56**

Lorena/SP, 11 de março de 2026.



Documento assinado digitalmente

VÂNIA DA SILVA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Data: 11/03/2026 13:19:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VÂNIA DA SILVA GONÇALVES DE OLIVEIRA

CPF:378.162.708-01

CAU A248312-2



## ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS

### MATRIZ DE RISCOS

#### Revitalização Predial e Pintura Institucional da Câmara Municipal de Potim/SP

| Item | Risco Identificado                                                       | Probabilidade | Impacto | Responsável                | Ações Mitigadoras                                                                                                         |
|------|--------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1    | Identificação de quantidade superior de fissuras após início da execução | Média         | Médio   | Contratada / Administração | Realização de relatório técnico com medição efetiva das fissuras tratadas e eventual aditivo contratual, caso necessário. |
| 2    | Condições climáticas desfavoráveis durante a pintura externa             | Alta          | Médio   | Contratada                 | Planejamento adequado do cronograma e suspensão temporária dos serviços em períodos de chuva intensa.                     |
| 3    | Utilização de materiais fora das especificações técnicas                 | Baixa         | Alto    | Contratada                 | Fiscalização permanente e exigência de comprovação das marcas e fichas técnicas dos produtos utilizados.                  |
| 4    | Acidentes de trabalho em atividades executadas em altura                 | Média         | Alto    | Contratada                 | Cumprimento integral da NR-35, utilização de EPIs, EPCs e treinamento adequado da equipe.                                 |
| 5    | Atraso na execução dos serviços                                          | Média         | Médio   | Contratada                 | Acompanhamento do cronograma físico pela fiscalização e aplicação de sanções contratuais, se necessário.                  |

## ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS

|    |                                                                   |       |       |                            |                                                                                                   |
|----|-------------------------------------------------------------------|-------|-------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6  | Desprendimento futuro de pintura ou reboco por falha executiva    | Baixa | Alto  | Contratada                 | Execução conforme normas técnicas, fiscalização contínua e garantia contratual dos serviços.      |
| 7  | Geração inadequada de resíduos da construção civil                | Média | Médio | Contratada                 | Segregação, acondicionamento e descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados.             |
| 8  | Interferência nas atividades administrativas da Câmara Municipal  | Baixa | Médio | Contratada / Administração | Planejamento das atividades, isolamento das áreas de trabalho e execução em horários compatíveis. |
| 9  | Necessidade de serviços adicionais não previstos inicialmente     | Média | Médio | Administração              | Avaliação técnica prévia e formalização de eventual termo aditivo, observados os limites legais.  |
| 10 | Falhas no tratamento de fissuras ocasionando infiltrações futuras | Baixa | Alto  | Contratada                 | Aplicação correta dos selantes e observância dos tempos de cura e recomendações técnicas.         |

## CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM - SP

## Termo de Referência 22/2026

## Informações Básicas

|                    |                                       |                                |                          |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por                    | Atualizado em            |
| 22/2026            | 930269-CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM - SP | MILLENA BRAGA DA SILVA ARANTES | 09/06/2026 15:44 (v 0.8) |
| Status             |                                       |                                |                          |
| CONCLUIDO          |                                       |                                |                          |

## Outras informações

| Categoria                                                                                           | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado | 58/2026               | 19/2026                 |

## 1. OBJETO

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## 1. OBJETO

| Item | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                         | Valor Total     |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 1    | Serviços de revitalização e pintura institucional da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo preparação de superfícies, limpeza mecânica, tratamento de fissuras, aplicação de massa acrílica, fundo preparador, montagem de andaimes e pintura elastomérica externa. | R \$ 100.622,74 |
| 2    | Serviços de recuperação de revestimento e reboco do muro externo, compreendendo execução de chapisco, emboço, reboco manual e utilização de andaime tubular para acesso às áreas de intervenção.                                                                                  | R \$ 14.578,56  |

1.2. O serviço objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº 96, de 14 de junho de 2023, da Câmara Municipal de Potim.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 dias, contado da assinatura do contrato pela CONTRATADA.

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A justificativa da necessidade da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de Execução**

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização predial da sede da Câmara Municipal de Potim/SP, compreendendo recuperação de revestimentos externos, tratamento de patologias construtivas, preparação de superfícies, pintura predial institucional e demais serviços correlatos, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, insumos, transporte e todos os itens necessários à perfeita execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, memorial descritivo e demais documentos técnicos.

##### **AS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO SÃO AQUELAS CONTIDAS TAMBÉM NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, ANEXO I DESTE DOCUMENTO.**

Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de Potim, localizada na Avenida Juvenal Antunes da Proença, nº 89, Jardim Cidade Nova, Potim/SP.

##### **PARA O ITEM 1: O SERVIÇO DEVERÁ SER ENTREGUE EM ATÉ 60 DIAS DA ASSINATURA DO CONTRATO PELA CONTRATADA.**

##### **PARA O ITEM 2: O SERVIÇO DEVERÁ SER ENTREGUE EM ATÉ 20 DIAS DA ASSINATURA DO CONTRATO PELA CONTRATADA.**

A execução deverá compreender também, no mínimo, os seguintes serviços:

##### **1. Serviços Preliminares e Preparação do Local**

- a) Mobilização da equipe técnica e operacional necessária à execução dos serviços;
- b) Transporte de materiais, ferramentas e equipamentos;
- c) Montagem, instalação e desmontagem de andaimes metálicos fachadeiros e demais sistemas de acesso necessários à execução segura dos serviços em altura;
- d) Isolamento e sinalização das áreas de trabalho, garantindo segurança aos servidores, vereadores, usuários e terceiros;
- e) Proteção de pisos, esquadrias, veículos, equipamentos, mobiliários e demais elementos existentes próximos às áreas de intervenção;
- f) Limpeza inicial das áreas de trabalho.

##### **2. Limpeza e Preparação das Superfícies**

- a) Execução de limpeza mecânica das fachadas, paredes externas, muros, bancos e demais superfícies mediante hidrojateamento de alta pressão, visando remoção de sujeiras, limo, fungos, resíduos impregnados, partes soltas de pintura antiga e demais impurezas;
- b) Lixamento manual e mecanizado das superfícies em reboco novo e áreas irregulares, promovendo regularização da base e remoção de imperfeições;
- c) Remoção integral de materiais soltos, pó, resíduos e partículas provenientes do lixamento e limpeza;
- d) Preparação técnica das superfícies para recebimento dos materiais de regularização e pintura.

##### **3. Tratamento de Patologias Construtivas**

- a) Identificação e abertura técnica de fissuras e trincas existentes nas superfícies externas;
- b) Limpeza interna das fissuras abertas;
- c) Aplicação de selante elástico à base de poliuretano (PU) ou material equivalente tecnicamente compatível;

- d) Respeito ao tempo de cura do selante conforme recomendação do fabricante;
- e) Regularização das superfícies tratadas com aplicação de massa acrílica apropriada para áreas externas;
- f) Correção de falhas, desagregações e pequenas imperfeições superficiais.

#### **4. Recuperação de Revestimentos Externos**

- a) Execução de chapisco manual em alvenaria utilizando argamassa no traço adequado, visando promover aderência entre a base e as camadas subsequentes;
- b) Execução de emboço manual com espessura aproximada de 20 mm, utilizando argamassa apropriada para áreas externas;
- c) Execução de reboco ou massa fina manual para acabamento e regularização final das superfícies;
- d) Correção de irregularidades existentes nos muros e paredes deterioradas;
- e) Garantia de alinhamento, nivelamento e uniformidade das superfícies recuperadas.

#### **5. Aplicação de Massa Acrílica e Fundo Preparador**

- a) Aplicação de massa acrílica externa em todas as superfícies previstas, em quantidade suficiente para promover nivelamento e acabamento uniforme;
- b) Lixamento entre demãos, quando necessário, para obtenção de acabamento adequado;
- c) Aplicação de fundo preparador de paredes em 100% das áreas externas contempladas pelo objeto;
- d) Uniformização da absorção das superfícies e preparação técnica para recebimento da pintura de acabamento.

#### **6. Pintura Externa Institucional**

- a) Aplicação de pintura elastomérica emborrachada premium em todas as fachadas e superfícies previstas;
- b) Execução mínima de 03 (três) demãos de tinta, respeitando intervalos de secagem e cura entre aplicações;
- c) Utilização de tintas apropriadas para áreas externas, com elevada resistência às intempéries, elasticidade e capacidade impermeabilizante;
- d) Garantia de cobertura uniforme, sem manchas, falhas, escorrimentos ou diferenças de tonalidade;
- e) Observância das cores institucionais definidas pela Administração.

#### **7. Segurança do Trabalho**

- a) Fornecimento e utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs;
- b) Atendimento integral às Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-18 e NR-35;
- c) Execução segura das atividades em altura;
- d) Responsabilidade integral da contratada quanto à segurança dos trabalhadores e terceiros durante toda a execução contratual.

#### **8. Limpeza Final e Entrega dos Serviços**

- a) Remoção de entulhos, resíduos, sobras de materiais, embalagens e equipamentos utilizados na execução;
- b) Limpeza geral das áreas internas e externas afetadas pelos serviços;
- c) Desmontagem e retirada de andaimes e estruturas provisórias;
- d) Entrega do objeto em perfeitas condições de uso, conservação e acabamento.

Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira linha e atender às especificações técnicas usuais da construção civil, sendo vedada a utilização de produtos de qualidade inferior ou sem comprovação técnica adequada. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os memoriais descritivos, normas técnicas da ABNT, recomendações dos fabricantes e orientações da fiscalização da Câmara Municipal.

A contratada será responsável por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços, bem como pela correção de defeitos, falhas de execução ou problemas decorrentes da má aplicação dos materiais durante o período de garantia contratual.

#### **9. Proporcionalidade na Medição e Pagamento do Tratamento de Fissuras**

Para fins de estimativa orçamentária, o item 1.3 do memorial descritivo do serviço de pintura — referente ao tratamento de fissuras com selante elástico (mástique) — foi considerado com quantitativo estimado de 100 (cem) metros lineares, podendo, contudo, sofrer variações conforme as reais condições das superfícies externas da edificação durante a execução dos serviços.

Considerando que a extensão efetiva das fissuras somente poderá ser aferida com precisão após a execução dos procedimentos de limpeza, raspagem e inspeção detalhada das fachadas, o quantitativo previsto deverá ser tratado como estimativo, visando garantir maior compatibilidade entre os serviços efetivamente executados e os valores pagos pela Administração.

Dessa forma, a contratada deverá realizar levantamento técnico e apresentar relatório detalhado contendo a metragem linear efetivamente tratada, acompanhado de registros fotográficos, croquis ou demais elementos comprobatórios que permitam a conferência pela fiscalização do contrato.

Após a validação pela fiscalização da Câmara Municipal, o pagamento do item será realizado de forma proporcional à quantidade efetivamente executada, observando-se os seguintes critérios:

- a) Caso a metragem efetivamente tratada seja inferior aos 100 (cem) metros lineares estimados na planilha orçamentária, deverá ser realizado desconto proporcional no valor contratual correspondente ao saldo não executado;
- b) Caso a metragem efetivamente necessária ultrapasse os 100 (cem) metros lineares inicialmente previstos, e desde que devidamente justificada tecnicamente e autorizada pela Administração, poderá ser realizado aditamento contratual para acréscimo quantitativo do referido item, observados os limites legais aplicáveis e a disponibilidade orçamentária.

Tal medida visa assegurar equilíbrio econômico-financeiro, transparência, economicidade e pagamento estritamente vinculado aos serviços efetivamente executados, evitando tanto pagamentos indevidos quanto prejuízos à adequada recuperação das patologias existentes na edificação.

#### **10. Relatório Técnico de Execução dos Serviços**

Ao término da execução dos serviços, a contratada deverá apresentar Relatório Técnico de Execução detalhado, contendo todas as informações referentes às atividades realizadas durante a obra, com a finalidade de subsidiar o recebimento definitivo do objeto e garantir a adequada fiscalização contratual.

O relatório deverá conter, no mínimo:

- a) Descrição detalhada dos serviços executados em cada etapa da obra, incluindo limpeza das superfícies, tratamento de fissuras, recuperação de reboco, aplicação de massa acrílica, fundo preparador e pintura final;
- b) Registro fotográfico colorido das etapas executivas, contemplando imagens anteriores ao início dos serviços, durante a execução e após a conclusão final, possibilitando a verificação da evolução dos trabalhos realizados;
- c) Indicação das áreas efetivamente atendidas pelos serviços;
- d) Quantitativos efetivamente executados, especialmente nos itens sujeitos à medição proporcional, como tratamento de fissuras e recuperação de revestimentos;
- e) Relação completa dos materiais e produtos utilizados, contendo obrigatoriamente as marcas, linhas, fabricantes e especificações técnicas dos produtos aplicados, incluindo tintas, selantes, massas, fundos preparadores, argamassas e demais insumos relevantes;
- f) Informações sobre os equipamentos utilizados na execução dos serviços, quando solicitado pela fiscalização;
- g) Declaração de conformidade dos serviços executados com as especificações previstas no Termo de Referência, memorial descritivo e normas técnicas aplicáveis.

O relatório deverá ser entregue em meio digital e será condição indispensável para emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços e liberação final do pagamento contratual.

A fiscalização poderá solicitar complementações, esclarecimentos ou registros adicionais caso entenda necessário para comprovação da adequada execução contratual.

#### **11. Garantia dos Serviços Executados**

A contratada deverá garantir a qualidade, estabilidade e durabilidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, no que se refere aos serviços de engenharia e recuperação de revestimentos, nos termos do artigo 618 do Código Civil, responsabilizando-se pela correção de defeitos, fissuras, desprendimentos, falhas de aderência, infiltrações ou quaisquer problemas decorrentes de má execução ou utilização inadequada de materiais.

Para os serviços de pintura, a contratada deverá conceder garantia mínima de 12 (doze) meses contra descascamentos, bolhas, manchas excessivas, falhas de cobertura e problemas relacionados à aplicação inadequada dos produtos.

## **12. Regime de execução**

Empreitada por preço global, com medição proporcional exclusivamente para o item de tratamento de fissuras.

## **13. Marcas de Referência**

As marcas eventualmente mencionadas nos memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos possuem caráter meramente referencial, sendo admitida a utilização de materiais equivalentes ou superiores em qualidade, desempenho técnico e durabilidade.

A contratada deverá comprovar, quando solicitado pela fiscalização, a equivalência técnica dos produtos utilizados, mediante apresentação de fichas técnicas, catálogos ou documentos do fabricante.

Não será permitida a utilização de materiais de qualidade inferior aos padrões mínimos estabelecidos pela Administração.

## **14. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC**

A empresa contratada deverá elaborar e apresentar à Câmara Municipal, conforme anexo VIII do edital Nº02/2026, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, que será solicitado durante a fase de habilitação - antes do início da execução dos serviços e da emissão da Ordem de Serviço - em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais aplicáveis.

O PGRCC deverá contemplar, no mínimo, a identificação dos resíduos passíveis de geração durante a execução contratual, os procedimentos de segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como as medidas de controle e mitigação dos impactos ambientais decorrentes das atividades executadas.

O PGRCC deverá também ser compatível com a Matriz de Riscos, contendo: identificação de riscos, avaliação de probabilidade e impacto, medidas mitigadoras, responsáveis, indicadores e cronograma de implementação.

A contratada será integralmente responsável pela correta gestão dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, sendo vedado o descarte em locais não autorizados, vias públicas, áreas verdes, corpos d'água, sistemas de drenagem ou quaisquer locais inadequados.

Ao término da execução contratual, a contratada deverá apresentar relatório simplificado contendo a descrição dos resíduos gerados, a forma de destinação adotada e, quando aplicável, os respectivos comprovantes de transporte e destinação final.

O descumprimento das disposições previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e ambientais cabíveis. A destinação inadequada de resíduos sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais e à obrigação de reparar eventuais danos ambientais e custos de regularização.

O PGRCC será sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO, podendo esta exigir revisões, sem ônus para a CONTRATANTE. A não apresentação ou a apresentação insuficiente do PGRCC autoriza a suspensão do início dos serviços.

## **15. Da Segurança e Saúde no Trabalho - Cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho**

A CONTRATADA será integralmente responsável pelo cumprimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis à execução dos serviços, especialmente a NR-18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção e a NR-35 – Trabalho em Altura, bem como das demais normas de segurança, saúde ocupacional e legislação trabalhista pertinentes ao objeto contratado.

Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização documentação comprobatória de sua regularidade quanto às exigências das referidas normas, incluindo, quando aplicável, certificados de treinamento dos trabalhadores, programas de segurança, fichas de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, procedimentos operacionais, autorizações para trabalho em altura e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

A CONTRATADA deverá fornecer e exigir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs adequados às atividades desenvolvidas, responsabilizando-se integralmente pela segurança de seus empregados, prepostos e terceiros envolvidos na execução contratual.

O descumprimento das disposições previstas nesta cláusula poderá ensejar a suspensão dos serviços pela fiscalização até a regularização das pendências identificadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

## **16. SEGUROS OBRIGATÓRIOS**

A CONTRATADA obrigase, às suas expensas, a contratar e manter, durante toda a vigência do contrato e até o recebimento definitivo do objeto, apólices de seguros vigentes emitidas por seguradora regularmente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com as coberturas mínimas e condições a seguir:

a) Seguro de Responsabilidade Civil Predial ou equivalente: cobertura de danos materiais ao imóvel da Câmara Municipal de Potim/SP, suas instalações, equipamentos, mobiliários e demais bens patrimoniais decorrentes da execução dos serviços, inclusive por acidentes, falhas operacionais, incêndios, quedas de materiais, infiltrações, danos estruturais e demais sinistros relacionados à execução contratual. Limite Máximo de Indenização (LMI) ou Limite Agregado não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por evento e durante toda a vigência contratual.

b) Seguro de Responsabilidade Civil contra Danos a Terceiros: cobertura de danos materiais, corporais, morais e estéticos causados a terceiros, inclusive servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e usuários das dependências da Câmara Municipal, decorrentes direta ou indiretamente da execução do objeto. LMI ou Limite Agregado não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por evento e durante toda a vigência contratual.

As apólices, apólices comprovantes e respectivos comprovantes de vigência deverão ser apresentados à fiscalização contratual no prazo máximo de 30 dias contados da assinatura do contrato e, obrigatoriamente, antes da emissão da Ordem de Serviço. A CONTRATADA deverá manter as apólices válidas e com coberturas exigidas por todo o período contratual, providenciando as renovações e apresentando comprovantes à fiscalização com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis ao vencimento.

Eventuais franquias, participações obrigatórias do segurado, exclusões de cobertura, limites inferiores ou valores não indenizáveis correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus, responsabilidade solidária ou subsidiária para a Câmara Municipal de Potim.

A manutenção dos seguros previstos nesta cláusula não afasta nem limita a responsabilidade civil, administrativa ou contratual da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, respondendo integralmente pelos prejuízos que excederem os limites segurados.

A não contratação, renovação, manutenção ou comprovação da vigência dos seguros obrigatórios impedirá o início ou a continuidade da execução dos serviços e configurará descumprimento contratual grave, facultando à Administração a adoção das medidas previstas neste instrumento, inclusive suspensão de pagamentos, aplicação de sanções e rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de cobrança de perdas e danos.

A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência passível de acionamento das apólices, adotar todas as medidas necessárias para mitigação dos danos e colaborar integralmente com o processo de regresso/indenização junto à seguradora, fornecendo toda a documentação solicitada.

A apresentação da apólice, com cobertura e limites exigidos, será condição suspensiva para a emissão da Ordem de Serviço; o início dos serviços só será autorizado após verificação documental pela fiscalização.

A contratação dos seguros previstos nesta cláusula não gerará qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Câmara Municipal perante a seguradora, permanecendo a CONTRATADA como única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas junto à empresa seguradora.

## **17. Do Relatório Técnico Final e Documentação de Recebimento**

O recebimento definitivo ficará condicionado à entrega e aprovação do Relatório Técnico Final contendo: descrição das atividades, quantitativos executados, registros fotográficos, relação de materiais e fichas técnicas, ART/RRT, comprovantes de destinação de resíduos, documentação de segurança do trabalho e declaração de garantia.

A ausência ou insuficiência de documentação autoriza a retenção do pagamento final até regularização, sem prejuízo da aplicação de sanções.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Potim será o servidor responsável pelo acompanhamento da execução do objeto.

6.7. O fiscal de contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no documento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.2. O fiscal de contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.8. O gestor de contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Finalizado o serviço e entregue o relatório, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em até 10 dias. O Pagamento será realizado em até 30 dias do recebimento da Nota Fiscal.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo fiscal do contrato e Diretor Geral, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

## Forma de pagamento

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PROPOSTA

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A licitação será promovida na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, considerando a NATUREZA COMUM dos itens demandados.

8.2. Será vencedora do certame a empresa licitante que atender as exigências deste Termo de Referência e apresentar o MENOR PREÇO TOTAL por ITEM.

8.3. O certame deverá ser conduzido conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006.

8.4. Serão exigidos na licitação os requisitos de habilitação:

## I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual (com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente); Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971; Prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **II – HABILITAÇÃO TÉCNICA**

Para fins de habilitação técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

### **a) Registro da Empresa**

Comprovação de registro ou inscrição da empresa junto ao CREA ou CAU, em plena validade, compatível com a execução dos serviços objeto da contratação.

### **b) Responsável Técnico**

Comprovação de que possui em seu quadro profissional responsável técnico devidamente habilitado junto ao CREA ou CAU.

### **c) Capacidade Técnico-Operacional**

**Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente por meio CAT(compatível com serviços de pintura predial externa e/ou serviços executados em altura)** compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação essa que será atendida por atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais).

Admitir-se-á a somatória dos atestados que comprovem a execução do objeto.

### **d) ART/RRT**

A contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT referente à execução contratual.

Os documentos de qualificação técnica deverão demonstrar aptidão suficiente para execução do objeto, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **III – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.4.3 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.4 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.4.5 - Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS) e Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da lei, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa.

8.4.6 - Prova de regularidade para com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa ou certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.4.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (CNDT), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal 12440/11, aceitando-se também certidão positiva com efeito de negativa.

8.4.8 - Declaração em atendimento ao artigo 68, inciso VI da Lei 14.133/21 no sentido de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal no que diz respeito à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de quatorze anos.

#### **IV – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.9 - Certidão negativa sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação (documento a ser confirmado on-line, junto ao órgão emitente que disponibilize esse serviço);

8.4.10. - Caso a licitante esteja em recuperação judicial deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico financeiro estabelecidos neste edital.

8.4.11 - As sociedades cooperativas deverão apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

#### **V - HABILITAÇÃO LEGAL**

8.4.12. Certidão de que o interessado não se encontra inscrito no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

8.4.13. Certidões negativas de inidoneidade e de impedimento do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

\*caso o licitante esteja inscrito no CEIS ou no CNEP, a administração verificará se a sanção se aplica ao âmbito da Câmara Municipal de Potim, em caso negativo, o licitante poderá ser considerado habilitado para este item, conforme avaliação do pregoeiro (a) e equipe de apoio.

#### **VI- DA VISTORIA**

##### **8.5. DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

- A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada aos interessados a vistoria ao local onde serão realizados os serviços, para que, aqueles que assim o desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços desde que em até o último dia útil anterior à sessão, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário, realizado pelo contato ao endereço de e-mail: camara@potim.sp.leg.br ou telefone (12) 3112-2909 (contatar com a servidora Millena Braga, Agente de Contratação da Câmara Municipal de Potim);
- Diante do exposto é altamente recomendável vistoria ao local pelas licitantes para que conheçam as condições, procedendo à análise de todos os detalhes, tomando ciência das características dos locais onde serão realizados os serviços, para que possam dimensionar e certificar-se dos serviços que serão executados;
- Finalizada a visita técnica, deverá ser assinado pelo licitante um Termo de vistoria, declarando que a empresa procedeu vistoria nas instalações da Câmara Municipal de Potim e tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta;
- Não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos na realização dos serviços aqui discriminados, ou mesmo gerar atrasos na execução das etapas dos trabalhos, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes desses fatos, sendo necessária declaração das licitantes de que conhecem as condições locais para a execução do objeto, conforme Acórdão nº 983/2008-TCU-Plenário.

**VII - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) devidamente preenchido conforme modelo contido no anexo VIII do edital Nº02/2026;**

#### **9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a) Acompanhar, orientar e fiscalizar, diretamente, os serviços prestados pela CONTRATADA, exigindo o fiel cumprimento dos serviços contratados, competindo-lhe adotar todas as providências neste sentido;
- b) Supervisionar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, com vistas à aferição da eficiência dos resultados das ações;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme ajustado no presente Contrato;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;
- e) Designar um servidor responsável pela fiscalização deste contrato.

f) Receber e atestar a nota fiscal.

g) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas.

h) Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso a suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato.

i) Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços.

j) Rejeitar quaisquer serviços executados equivocadamente ou em desacordo com as orientações transmitidas pela CONTRATANTE ou constantes deste Termo de Referência e solicitar, quando possível, que sejam refeitos.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Executar os serviços contratados em estrita observância às especificações da proposta, do Termo de Referência e do Contrato.

b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Câmara, inerentes ao objeto do presente Termo.

c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, qualquer vício, defeito ou incorreções resultantes da execução.

d) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou do acompanhamento pela CONTRATANTE.

f) Aceitar, nas mesmas condições da proposta, as alterações, acréscimos e supressões no objeto do contrato, de acordo com a legislação vigente.

g) Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, além dos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

h) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

i) Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, devendo, para tanto, nomear preposto, para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 115.201,30 e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo, conforme Estudo Técnico Preliminar.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Ao (s) Licitante (s) poderá (ão) ser aplicada (s) a (s) seguinte (s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I – advertência – nos casos de:

a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;

b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

II – multas – nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificado na execução do Contrato até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) por atraso injustificado na execução do Contrato, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com consequente cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) recusa do adjudicatário em receber o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração:

a) por atraso injustificado na execução do Contrato: superior a 31 (trinta e um) dias: até 03(três) meses;

b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber, o contrato, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;

d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

12.2 – As multas previstas no inciso II do item 12.1, serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

12.3 – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 6.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4 – A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

12.5 – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

12.6. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- deixar de apresentar amostra quando solicitado em edital ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- fraudar a licitação;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual e créditos adicionais.

### **14. OUTRAS INFORMAÇÕES**

14.1. A Câmara Municipal de Potim, por intermédio da autoridade competente, poderá revogar ou anular o certame, nas condições estabelecidas na legislação vigente, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização.

14.2. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessário.

14.3. A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas contidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

14.4. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências do Termo de Referência e seus anexos.

14.5. Não serão levadas em consideração vantagens não previstas no Termo de Referência.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal da Administração Legislativa Municipal.

14.7. Este Termo de Referência e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que mencione em um de seus documentos e se omita em outro, será considerado específico e válido.

### **15. ANEXOS:**

Anexo I - MEMORIAIS DESCRITIVOS

## **2. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MILLENA BRAGA DA SILVA ARANTES**

Agente de contratação



# *Câmara Municipal de Potim*

*"POTIM - TERRA DO ARTESANATO"*

## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA INSTITUCIONAL: CÂMARA  
MUNICIPAL DE POTIM/SP**

**LORENA / 2026**



## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

OBRA: Reforma e Revitalização da Sede do Poder Legislativo

PROPRIETÁRIO: Câmara Municipal de Potim – SP

LOCAL: Av. Juvenal Antunes da Proença, 89 – Jardim Cidade Nova – Potim/SP

AUTOR DO PROJETO: Arq. Vânia da Silva Gonçalves de Oliveira (CAU: A248312-2)

ASSUNTO: Pintura.

DATA: Março de 2026

## 2. MEMORIAL DESCRITIVO E ETAPAS EXECUTIVAS

A execução dos serviços de pintura externa deverá seguir o roteiro técnico abaixo para garantir a eficácia do sistema elastomérico:

- 1. Limpeza Mecânica (Prédio):** Hidrojateamento de alta pressão para remoção de biofilme (limo), poluição e partes soltas da pintura antiga (vermelho e preto).
- 2. Preparação de Superfície (garagem e bancos):** Lixamento manual e mecanizado do reboco novo para remoção de agregados soltos e regularização da base.
- 3. Tratamento de Patologias:** Abertura de trincas em formato "V", limpeza e preenchimento com selante elástico à base de poliuretano (PU). Espere o PU curar totalmente (geralmente 24 a 48 horas) antes de passar a massa acrílica.
- 4. Nivelamento:** Aplicação de massa acrílica em todas as paredes.
- 5. Fundo Preparador:** Aplicação de Fundo Preparador Branco em 100% da área. Essencial para neutralizar a absorção do reboco e bloquear o fundo escuro da fachada antiga.
- 6. Pintura de Acabamento:** Aplicação de 03 (três) demãos de Tinta Elastomérica (Emborrachada) em todas as superfícies, respeitando o intervalo de cura de 4 a 6 horas entre demãos.

## 3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO

- Escolha do Material:** A Tinta Elastomérica Premium é justificada pela sua capacidade de alongação (elasticidade), criando uma membrana impermeável que protege a estrutura contra infiltrações e acompanha as micro movimentações térmicas do prédio, evitando fissuras.

- **Tintas:** Recomenda-se a utilização das tintas emborrachadas da marca Suvinil Proteção Total ou Coral Sol e Chuva
- **Capacitação Técnica:** O edital deve exigir **Atestado de Capacidade Técnica (CAT)** comprovando que a empresa já executou serviços de pintura em altura (NR-35).

#### 4. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA (SINAPI SP - MARÇO/2026) VALORES APROXIMADOS

Base: SINAPI Desonerado / BDI: 25%

| Item       | Código            | Descrição dos serviços                                      | Unid | Qtd      | Unit. (R\$) | Total (R\$)          |
|------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------|-------------|----------------------|
| <b>1.0</b> | <b>Preparação</b> |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 24.888,06</b> |
| 1.1        | 99814             | Limpeza de superfícies com jato de alta pressão             | m2   | 1.072,68 | 5,80        | 6.221,54             |
| 1.2        | 102211            | Lixamento de paredes em reboco novo (garagem e banco)       | m2   | 69,11    | 3,10        | 214,24               |
| 1.3        | 94314             | Tratamento de fissuras com selante elástico (Mástique)      | m    | 100,00*  | 42,50       | 4.250,00             |
| 1.4        | 88497             | Aplicação de massa acrílica externa (2 demãos)              | m2   | 1072,68  | 13,24       | 14.202,28            |
| <b>2.0</b> | <b>Acesso</b>     |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 7.125,00</b>  |
| 2.1        | 95626             | Locação/Montagem de andaime fachadeiro metálico             | m2   | 250**    | 28,50       | 7.125,00             |
| <b>3.0</b> | <b>Pintura</b>    |                                                             |      |          |             | <b>R\$ 48.485,13</b> |
| 3.1        | 102213            | Aplicação de fundo preparador de paredes – Branco – Prédio  | m2   | 1.072,68 | 12,40       | 13.301,23            |
| 3.3        | 102219            | Pintura elastomérica 3 demãos (Áreas Lisas - Gelo) – Prédio | m2   | 1072,68  | 32,80       | 35.183,90            |

**SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$ 80.498,19**

**BDI (25,00%) R\$ 20.124,55**

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 100.622,74**

*Nota:*


*\*Valor pode variar conforme o real estado das paredes.*

*\*\*Valor pode variar de acordo com o tamanho escolhido do andaime.*

## **5. CONCLUSÃO**

Este orçamento foi elaborado com base em valores praticados no mercado e em parâmetros técnicos usuais para serviços dessa natureza, utilizando como referência a SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, na versão vigente março de 2026. A utilização de materiais de linha elástica busca contribuir para um melhor acabamento e maior durabilidade do serviço, favorecendo a conservação do patrimônio e reduzindo a necessidade de intervenções corretivas em curto prazo.

Lorena/SP, 31 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **VANIA DA SILVA GONCALVES DE OLIVEIRA**  
Data: 31/03/2026 15:10:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**VÂNIA DA SILVA GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
CPF:378.162.708-01  
CAU A248312-2



*Câmara Municipal de Potim*

*"POTIM - TERRA DO ARTESANATO"*

# **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA INSTITUCIONAL: CÂMARA  
MUNICIPAL DE POTIM/SP**

**LORENA / 2026**

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

OBRA: Reforma e Revitalização da Sede do Poder Legislativo

PROPRIETÁRIO: Câmara Municipal de Potim – SP

LOCAL: Av. Juvenal Antunes da Proença, 89 – Jardim Cidade Nova – Potim/SP

AUTOR DO PROJETO: Arq. Vânia da Silva Gonçalves de Oliveira (CAU: A248312-2)

ASSUNTO: Reboco.

DATA: Março de 2026

## 2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: REVESTIMENTO TRADICIONAL (3 CAMADAS) VALORES APROXIMADOS


| Item | Código | Descrição dos serviços                                             | Unid | Qtd    | Unit. (R\$) | Total (R\$)  |
|------|--------|--------------------------------------------------------------------|------|--------|-------------|--------------|
| 1.0  | 92264  | Andaime tubular                                                    | m2   | 130,53 | 18,20       | 2.375,64     |
| 1.0  | 87313  | Chapisco manual em alvenaria. Traço 1:3 (Cimento e Areia).         | m2   | 130,53 | R\$ 8,15    | R\$ 1.063,82 |
| 2.0  | 87527  | Emboço manual, traço 1:2:9 (Cimento, Cal e Areia). Espessura 20mm. | m2   | 130,53 | R\$ 38,90   | R\$ 5.077,62 |
| 3.0  | 87547  | Reboco (Massa Fina) manual, traço 1:2 (Cal e Areia peneirada).     | m2   | 130,53 | R\$ 24,10   | R\$ 3.145,77 |

**SUBTOTAL (CUSTO DIRETO) R\$ 11.662,85**

**BDI (25,00%) R\$ 2. 915,70**

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 14.578,56**

Lorena/SP, 11 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 VANIA DA SILVA GONCALVES DE OLIVEIRA  
Data: 11/03/2026 13:19:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VÂNIA DA SILVA GONÇALVES DE OLIVEIRA  
CPF:378.162.708-01  
CAU A248312-2

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

**CONTRATO Nº**

**DISPENSA Nº**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM**, com sede à Av. Juvenal Antunes de Proença, 89 - Bairro Jd. Cidade Nova - POTIM - SP - CEP. 12525-262, inscrita no CNPJ sob o nº 65.043.713/0001-88, neste ato representada pelo Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Presidente da Câmara Municipal, em pleno exercício do cargo, adiante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J. sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada nesta oportunidade por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), portador da CI/RG nº **XXXXXXXXXXXXXXXX** SESP/SC e CPF/MF nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, adiante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, com fundamento no despacho homologatório nº **XXXX**, contratado, tudo nos termos da Lei 14.133/21 e das cláusulas contratuais o que se segue:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**1.1.** O serviço a ser contratado consiste em **XXXXXXXXXXXXXXXX**, nos moldes do Termo de Referência que dá base a este contrato.

### **1.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **1.2.1. Do Anexo — Matriz de Riscos:**

**1.2.1.1.** A Matriz de Riscos constante do ANEXO II do Estudo Técnico Preliminar Nº24/2026 integra este Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes ao cumprimento das ações mitigadoras ali previstas.

**1.2.1.2.** A **CONTRATADA** deverá observar, cumprir e colaborar com as medidas mitigadoras previstas na Matriz de Riscos, respondendo por prejuízos decorrentes de sua inexecução quando comprovada culpa ou negligência.

#### **1.2.2. Da Incorporação e Atualização da Matriz de Riscos**

**1.2.2.1.** A Matriz de Riscos anexa poderá ser atualizada, mediante proposta fundamentada da **CONTRATADA** ou da **CONTRATANTE**, e aprovada por termo aditivo ou apostila contratual, quando comprovada nova circunstância de risco ou alteração técnica relevante.

**1.2.2.2.** Qualquer atualização será formalizada por escrito e fará parte integrante do Contrato.

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

## **1.2.3. Do Plano de Gerenciamento de Riscos**

**1.2.3.1.** Antes do início das atividades, a CONTRATADA apresentará a FISCALIZAÇÃO um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), compatível com a Matriz de Riscos, contendo: identificação de riscos, avaliação de probabilidade e impacto, medidas mitigadoras, responsáveis, indicadores e cronograma de implementação.

**1.2.3.2.** O PGRCC será sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO, podendo esta exigir revisões, sem ônus para a CONTRATANTE. A não apresentação ou a apresentação insuficiente do PGRCC autoriza a suspensão do início dos serviços.

## **1.2.4. Do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)**

**1.2.4.1.** A CONTRATADA apresentará, antes do início dos serviços, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

**1.2.4.2.** A destinação inadequada de resíduos sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais e à obrigação de reparar eventuais danos ambientais e custos de regularização.

## **1.2.5. Da Segurança e Saúde no Trabalho**

**1.2.5.1.** A CONTRATADA é responsável pelo cumprimento integral das NR-18 e NR-35 (e demais normas aplicáveis), devendo comprovar regularidade antes do início dos serviços;

**1.2.5.2.** Em caso de risco iminente, o FISCAL poderá ordenar a suspensão imediata das atividades até a adoção das medidas corretivas, sem suspensão de prazos por culpa da Administração quando a suspensão decorrer de deficiência da CONTRATADA.

## **1.2.6. Do Seguro de Responsabilidade Civil**

**1.2.6.1.** A CONTRATADA contratará, às suas expensas, apólice de seguro de responsabilidade civil, cobrindo danos aos prestadores, terceiros e ao patrimônio público, válido durante toda a execução contratual.

**1.2.6.2.** A apólice deverá ser apresentada em até 30 dias após a assinatura do contrato e antes da emissão da ordem de início dos serviços, ficando vedado o início sem sua comprovação. A apólice deverá prever cobertura contra riscos decorrentes das atividades objeto deste Contrato, inclusive acidentes em trabalho em altura e danos causados por montagem, utilização ou desmontagem de andaimes e equipamentos de acesso.

## **1.2.7. Da Medição e Pagamento do Tratamento de Fissuras**

**1.2.7.1.** O tratamento de fissuras será medido por medição linear efetiva, conforme procedimentos: croquis com identificação dos segmentos, medição linear por segmento, registro fotográfico (antes, durante e após), relatório técnico parcial e conferência presencial pela FISCALIZAÇÃO.

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

**1.2.7.2.** O pagamento será proporcional à metragem validada pela FISCALIZAÇÃO. Quantitativos adicionais somente serão pagos mediante autorização prévia da CONTRATANTE e formalização em termo aditivo, observada a disponibilidade orçamentária.

## **1.2.8. Do Relatório Técnico Final e Documentação de Recebimento**

**1.2.8.1.** O recebimento definitivo ficará condicionado à entrega e aprovação do Relatório Técnico Final contendo: descrição das atividades, quantitativos executados, registros fotográficos, relação de materiais e fichas técnicas, ART/RRT, comprovantes de destinação de resíduos, documentação de segurança do trabalho e declaração de garantia.

**1.2.8.2.** A ausência ou insuficiência de documentação autoriza a retenção do pagamento final até regularização, sem prejuízo da aplicação de sanções.

## **1.2.9. Do Cronograma Executivo e Fiscalização**

**1.2.9.1.** A CONTRATADA apresentará cronograma executivo detalhado (físico-financeiro) que será instrumento de medição e fiscalização.

**1.2.9.2.** O FISCAL do contrato poderá aplicar sanções, aplicar multas, exigir correções e suspender atividades em casos de não conformidade, conforme cláusulas contratuais.

## **1.2.10. Das Obrigações Relativas à Qualidade dos Materiais**

**1.2.10.1.** Todos os materiais deverão ser novos, de primeira linha, compatíveis com as especificações técnicas do memorial. A CONTRATADA deverá apresentar fichas técnicas e certificados de garantia quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

**1.2.10.2.** A utilização de material não conforme ensejará substituição imediata e sanções cabíveis.

## **1.2.11. Das Penalidades Relacionadas à Matriz de Riscos**

**1.2.11.1.** A inobservância das medidas mitigadoras constantes na Matriz de Riscos, quando decorrente de culpa ou negligência da CONTRATADA, acarretará aplicação de multas e sanções previstas no Contrato, sem prejuízo da obrigação de reparar danos e demais responsabilidades.

**1.2.11.2.** A FISCALIZAÇÃO reportará todo incidente relacionado à Matriz de Riscos em registro formal, juntado ao processo.

## **1.2.12. Da Suspensão por Condições Climáticas**

**1.2.12.1.** Em caso de condições meteorológicas adversas que comprometam a segurança ou a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá suspender as atividades, comunicando imediatamente a FISCALIZAÇÃO. Os prazos contratuais serão tratados conforme cláusula de prorrogação por força maior, salvo comprovação de má gestão do risco pela CONTRATADA.



# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

## **1.2.13. Da Revisão Técnica / Aditamento por Quantitativos Inesperados**

**1.2.13.1.** Se, durante a execução, forem constatados quantitativos superiores aos estimados (ex.: fissuras, patologias ocultas), a CONTRATADA deverá apresentar proposta técnica e orçamentária detalhada. Eventual aditamento somente será autorizado mediante análise técnica da FISCALIZAÇÃO, justificativa fundamentada e disponibilidade orçamentária.

## **1.2.14. Da Comunicação e Registro de Ocorrências**

**1.2.14.1.** Qualquer evento identificado na Matriz de Riscos deverá ser comunicado imediatamente pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, com relatório circunstanciado e medidas adotadas. O registro formal servirá de base para decisões contratuais e eventuais aditamentos.

## **1.2.15. Da Garantia dos Serviços**

**1.2.15.1.** A CONTRATADA prestará garantia mínima de 05 (cinco) anos para serviços de recuperação de revestimentos e 12 (doze) meses para serviços de pintura, respondendo por defeitos de execução, desprendimentos e infiltrações decorrentes de má execução ou de uso de materiais inadequados.

**1.2.15.2.** A empresa vencedora continua responsável pela qualidade e execução perfeita do serviço mesmo após a entrega. Essa regra está expressa no artigo 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021 .

## **1.2.16. Da Auditoria e Acesso a Documentos**

**1.2.16.1.** A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE e dos órgãos de controle toda documentação técnica, de segurança, de gerenciamento de resíduos e de fiscalização durante a execução e pelo prazo de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. A CONTRATADA se vinculará ao Termo de Referência que dá base a este contrato, à proposta realizada pelo licitante vencedor e ao ato que tiver autorizado a contratação direta.

2.2. Em caso de contradição entre Termo de Referência e Proposta apresentada, valerá o disposto no primeiro.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

3.1. Inclusive nos casos omissos, será aplicada a Lei Federal nº 14.133/21 e a Resolução da Câmara Municipal de Potim nº 96/2023 ou a regulamentação que venha a substituir e, subsidiariamente, quando couber, a regulamentação em nível federal.

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

## **4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO**

- 4.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições aqui estabelecidas, bem como no termo de referência e na proposta apresentada pela contratada.
- 4.2. O recebimento não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto.
- 4.3. Constatadas irregularidades no objeto, a CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, se não corresponder às especificações.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, CRITÉRIOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

- 5.1. O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXX (Valor por extenso).
- 5.2. O pagamento será efetuado pelo Departamento de Contabilidade da CONTRATANTE, no prazo de até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal, por meio de ordem bancária, sendo considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.3. Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.
- 5.4. Não será iniciada a contagem de prazo caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- 5.5. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na CONTRATANTE.
- 5.6. Para todos os efeitos, a atualização monetária será calculada com base no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO E RECEBIMENTO**

- 6.1. Os prazos para início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo serão aqueles previstos no Termo de Referência.
- 6.2. O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser aditado conforme as necessidades da Administração.
- 6.3. Demais regras quanto a recebimento são aqueles previstos no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**

- 7.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados sob a classificação funcional programática e categoria econômica XXXXXXXXXXXXXXXX.

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

## **8. CLÁUSULA OITAVA – PRAZO PARA REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

8.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 (trinta) dias úteis.

## **9. CLÁUSULA NONA – DIREITOS, RESPONSABILIDADE, PENALIDADES E MULTAS**

9.1. É responsabilidade da CONTRATADA:

9.1.1. fornecer o objeto deste contrato nas condições previstas na sua proposta, bem como substituir, após notificação, o produto/serviço recusado.

9.1.2. Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.

9.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, podendo, a qualquer tempo, ser solicitada a comprovação de tal situação.

9.1.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.2. É responsabilidade da CONTRATANTE:

9.2.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

9.2.2. Indicar responsável pelo acompanhamento da execução deste contrato.

9.2.3. Comunicar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

9.3. O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista nos artigos 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133/21, autoriza, desde já, o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, qualquer disposição sancionadora prevista na Lei de Licitações supracitada.

9.4. No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhece o direito da CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas na legislação pertinente.

9.5. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

9.6. A aplicação das penalidades não impede a CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

9.7. Em caso de descumprimento do disposto no Termo de Referência e neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, além das

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

responsabilidades por perdas e danos:

I – advertência – nos casos de:

- a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

II – multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) por atraso injustificado na execução do Contrato, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com consequente cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) recusa do adjudicatário em receber o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato: superior a 31 (trinta e um) dias: até 03(três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro/Agente de Contratação: até 01 (um) ano;
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber, o contrato, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

9.8. – As multas previstas no inciso II do item 9.7, serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

9.9. – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.7, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.10. – A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

9.11. – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– FORO**

10.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o correspondente à sede da Câmara Municipal de Potim.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE**

11.1. Em respeito aos ditames constitucionais, ao presente será dada publicidade e transparência adequada.

11.2 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGUROS OBRIGATÓRIOS**

12.1. A CONTRATADA obriga-se, às suas expensas, a contratar e manter, durante toda a vigência do contrato e até o recebimento definitivo do objeto, apólices de seguros vigentes emitidas por seguradora regularmente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com as coberturas mínimas e condições a seguir:

a) Seguro de Responsabilidade Civil Predial ou equivalente: cobertura de danos materiais ao imóvel da Câmara Municipal de Potim/SP, suas instalações, equipamentos, mobiliários e demais bens patrimoniais decorrentes da execução dos serviços, inclusive por acidentes, falhas operacionais, incêndios, quedas de materiais, infiltrações, danos estruturais e demais sinistros relacionados à execução contratual. Limite Máximo de Indenização (LMI) ou Limite Agregado não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por evento e durante toda a vigência contratual.

b) Seguro de Responsabilidade Civil contra Danos a Terceiros: cobertura de danos materiais, corporais, morais e estéticos causados a terceiros, inclusive servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e usuários das dependências da Câmara Municipal, decorrentes direta ou indiretamente da execução do objeto. LMI ou Limite Agregado não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por evento e durante toda a vigência contratual.

12.2. As apólices, apólices-comprovantes e respectivos comprovantes de vigência deverão ser apresentados à fiscalização contratual no prazo máximo de 30 dias contados da assinatura do contrato e, obrigatoriamente, antes da emissão da Ordem de Serviço. A CONTRATADA deverá manter as apólices válidas e com coberturas exigidas por todo o período contratual, providenciando

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

as renovações e apresentando comprovantes à fiscalização com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis ao vencimento.

12.3. Eventuais franquias, participações obrigatórias do segurado, exclusões de cobertura, limites inferiores ou valores não indenizáveis correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus, responsabilidade solidária ou subsidiária para a Câmara Municipal de Potim.

12.4. A manutenção dos seguros previstos nesta cláusula não afasta nem limita a responsabilidade civil, administrativa ou contratual da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, respondendo integralmente pelos prejuízos que excederem os limites segurados.

12.5. A não contratação, renovação, manutenção ou comprovação da vigência dos seguros obrigatórios impedirá o início ou a continuidade da execução dos serviços e configurará descumprimento contratual grave, facultando à Administração a adoção das medidas previstas neste instrumento, inclusive suspensão de pagamentos, aplicação de sanções e rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de cobrança de perdas e danos.

12.6. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência passível de acionamento das apólices, adotar todas as medidas necessárias para mitigação dos danos e colaborar integralmente com o processo de regresso/indenização junto à seguradora, fornecendo toda a documentação solicitada.

12.7. A apresentação da apólice, com cobertura e limites exigidos, será condição suspensiva para a emissão da Ordem de Serviço; o início dos serviços só será autorizado após verificação documental pela fiscalização.

12.8. A contratação dos seguros previstos nesta cláusula não gerará qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Câmara Municipal perante a seguradora, permanecendo a CONTRATADA como única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas junto à empresa seguradora.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ADITAMENTOS CONTRATUAIS**

13.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, nos termos do art. 124, I, 'a' da Lei 14.133/2021;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei



# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

14.133/2021, nos termos do art. 124, I, 'b';

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução, conforme art. 124, II, 'a';
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, nos termos do art. 124, II, 'b';
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, conforme art. 124, II, 'c';
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do art. 124, II, 'd'.

13.2. Os aditamentos referentes a acréscimos ou supressões deverão respeitar os seguintes limites, conforme art. 125 da Lei 14.133/2021:

- I - 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos ou supressões, nas obras, serviços ou compras;
- II - 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos, nas reformas de edifício ou de equipamento.

13.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, observando os limites e condições estabelecidos no art. 107 da Lei 14.133/2021.

13.4. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsto no edital e precedida de atestado que demonstre que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*

Por estarem justas e contratadas, assina-se o presente contrato para todos os fins de direito, em 02 (duas) vias.

Potim/SP, XX de XXXX de

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante

Testemunha 01:

RG:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunha 02:

RG:



# *Câmara Municipal de Potim*

*“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”*



# **Câmara Municipal de Potim**

**“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”**

## **ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE POTIM

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente



# **Câmara Municipal de Potim**

**“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”**

publicação;

- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais,
- c) exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: Presidente da Câmara

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: Presidente da Câmara

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: Presidente da Câmara

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



# **Câmara Municipal de Potim**

**“POTIM – TERRA DO ARTESANATO”**

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: Presidente da Câmara

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade :Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

7

## MODELO DE DECLARAÇÃO: VISITA TÉCNICA

A empresa \_\_\_\_\_, com sede no  
endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, cidade: \_\_\_\_\_,  
estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, por seu representante  
técnico, \_\_\_\_\_, RG  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o  
nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que realizou vistoria no  
local de prestação dos serviços e de que conhece todas as suas implicações.

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **OU (CASO O LICITANTE ESCOLHA NÃO REALIZAR A VISTORIA)**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede no  
endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, cidade: \_\_\_\_\_,  
estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, por seu  
REPRESENTANTE LEGAL,  
\_\_\_\_\_, RG  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,

declara, sob as penas da lei, que optou por **NÃO** realizar vistoria no local de prestação dos serviços, mas que está ciente de todos os custos e de que tem conhecimento de que **NÃO** serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos que possam provocar empecilhos na realização dos serviços discriminados no Termo de Referência, ou mesmo gerar atrasos ou custos na execução das etapas dos trabalhos, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

# MODELO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)

PROCESSO: \_\_\_\_\_  
PREGÃO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_  
EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL TÉCNICO: \_\_\_\_\_  
CREA/CAU: \_\_\_\_\_

## 1. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

---

---

---

## 2. RESÍDUOS PREVISTOS

---

---

---

## 3. SEGREGAÇÃO E ACONDICIONAMENTO

---

---

---

## 4. TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL

---

---

---

## 5. MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL

---

---

---

## 6. RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO

---

---

---

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos que o presente PGRCC será observado durante toda a execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Local e Data: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do Representante Legal